

Com poucos avanços, reunião extra do CO sinaliza necessidade de ampliar a mobilização


A reunião extraordinária do Conselho Universitário (CO) da Unesp do dia 31/07/2014, começou com uma longa exposição do servidor técnico-administrativo Rogério Buccelli, assessor chefe de Planejamento Especial, que fez um resumo da história dos repasses financeiros para as universidades estaduais paulistas e terminou com a apresentação de um quadro pessimista acerca da sobrevivência destas instituições, particularmente da Unesp.

Os dados apresentados apenas reafirmaram uma frase dita pelo próprio Buccelli durante reunião com representantes da Adunesp e do Sintunesp, no dia 28/7: “A Unesp cresceu mais do que o ICMS”. Esse dado não é novidade para ninguém, pois as entidades sindicais vêm denunciando há muito tempo o fato de que os vários momentos de expansão na Unesp – e também na Unicamp e USP – ocorreram sem a contrapartida necessária de recursos perenes por parte do governo. Pouquíssimo se ouviu daquilo que os reitores poderiam ter feito a respeito junto aos governos estaduais. A estratégia reitoral para amenizar o problema tem sido financiar a irresponsabilidade política e a incompetência administrativa de uns e de outros com o nosso salário submetendo a comunidade universitária a um arrocho salarial e a medidas que têm imposto uma progressiva e perversa precarização das nossas condições de trabalho, além da implantação de políticas devastadoras no que se refere à qualidade da pesquisa, da extensão e do ensino nas Universidades Públicas Paulistas.

Também a Vice-Reitora no exercício da Reitoria, professora Marilza Vieira Cunha Rudge, fez uma longa

explanção acerca do que pensa que deva ser uma gestão responsável da Unesp, enfatizando seu ponto de vista já previamente anunciado com odores de catástrofe por Buccelli. Segundo ela, parece não haver outro cenário possível para a Unesp neste momento, que não aquele de catástrofe iminente. Durante a reunião, a presidente do CO enfatizou a necessidade de fortalecer os órgãos colegiados, mas, curiosamente, quando viu a possibilidade do que o Conselho deliberasse por incumbi-la de fazer gestões para a abertura imediata das negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis, junto aos outros reitores, acerca do reajuste da nossa data-base, declarou que não executaria a deliberação.

Parte da argumentação da Reitora em exercício para justificar a sua posição de não negociar salários, desde maio está ancorada num parecer jurídico que ela admitiu nesta reunião do CO estar equivocado, de que precisava haver unanimidade das três reitorias e que não poderia fazer isso quando a deliberação fosse 2 x 1. Numa cantilena repetida *ad nauseam*, a professora Marilza reafirmou que não pode conceder o reajuste, nem a simples reposição da inflação, porque isto faria com que a Unesp em pouco tempo atingisse o patamar de dificuldade que a USP vive neste momento.

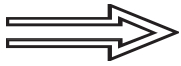
Ainda no início da reunião, o presidente da Adunesp fez a leitura de um texto (*veja no box, na terceira página*), contendo os encaminhamentos discutidos e indicados nas plenárias ampliadas da entidade. Ao final da leitura, solicitou que os membros dos comandos locais de greve, presentes do lado de fora, entrassem no recinto do Conselho Universitário. Apoiada numa 

14/8 é dia de ato-passeata... rumo ao Palácio

Em sua reunião de 30/7, o Fórum das Seis aprovou a realização de ato-passeata unificado em 14/8, com o tema “Defesa da educação pública e de mais recursos para as universidades”. Vamos nos encontrar às 12h, na Cidade Universitária (USP), e de lá sair em passeata até o Palácio dos Bandeirantes. A participação no ato/passeata deve ser discutida e preparada nas assembleias de base das categorias.

As subseções da Adunesp e comandos de greve devem informar o número de pessoas e necessidade de transporte até 8/8, no e-mail adunesp@adunesp.org.br, ou pelo telefone (11) 3242.0125.





manifestação da AJ, a professora Marilza declarou que não poderia colocar essa proposta em votação e recusou-se a considerar a possibilidade de que os membros dessa comitativa entrassem como convidados da presidente do Colegiado. A deliberação sobre a proposta de que o CO incumbisse a Reitora em exercício e presidente do Cruesp de defender a abertura das negociações junto ao Conselho de Reitores foi adiada para o final da reunião, quando o plenário já estava esvaziado e não havia mais quórum para votação.

Durante a reunião, alguns diretores presentes leram pequenos trechos das moções aprovadas em suas Congregações (a exemplo de manifestações de outros diretores, na última reunião ordinária do CO), que instavam a presidente do Cruesp a fazer gestões pela reabertura imediata de negociações salariais com o Fórum das Seis. Seguiu-se a essas leituras uma manifestação da Reitora em exercício de que achava “estranho” que essas manifestações (das Congregações) fossem muito parecidas e tivessem uma linguagem sindical, sugerindo que elas (as Congregações) teriam sido manipuladas pela Adunesp e pelo Sintunesp. Questionada por alguns membros do CO quanto ao caráter autoritário desse comentário e pelo desrespeito à soberania das Congregações, a Reitora em exercício limitou-se a comentar que não foi isso que quis dizer. Pôde-se concluir que nem lhe passou pela cabeça a possibilidade de que tanta semelhança deve-se ao fato de que o descontentamento é o mesmo, a indignação e as solicitações são as mesmas.

O caráter da crise

À colocação da Reitora em exercício, de que estamos diante de uma crise “conjuntural”, houve a reação de vários membros. Eles enfatizaram que o zero desencadeou a greve, mas há muito mais insatisfação da comunidade, presente no projeto de universidade que está sendo implantado pela atual reitoria, pautado no produtivismo, num processo de avaliação autoritário que não contempla importantes indicações oriundas dos fóruns das grandes áreas, na internacionalização e inovação, conceitos ideologicamente atrelados a uma concepção de universidade com caráter de empresa privada.

O “pacto de confiança” proposto pela Reitora em exercício

Ao final da discussão do primeiro item da pauta, a Reitora em exercício apresentou proposta na qual pedia para que o CO aprovasse um “pacto de confiança” em relação à Reitoria e aos dados apresentados pelo funcionário Rogério. Pedia também que cada membro do CO levasse às suas Unidades de origem a informação sobre esse “pacto”, a fim de acabar com as dúvidas a respeito da veracidade dos dados sobre a situação financeira da Unesp e de encerrarem-se as acusações de falta de transparência por parte da Reitoria. Membros do CO se manifestaram contrários à apresentação da proposta, por considerá-la descabida e

autoritária, informando que votariam contra, o que criaria constrangimentos ainda maiores. A Reitora em exercício retirou a proposta.

Grupo de Trabalho

Ao final da reunião, foi criado o Grupo de Trabalho de Gestão Orçamentária e Financeira, com a tarefa de “analisar os dados da Unesp e elaborar estratégias para consolidar o equilíbrio econômico-financeiro da instituição”.

Os representantes dos servidores e estudantes presentes apresentaram proposta de composição paritária para o GT, o que demonstraria uma efetiva preocupação da Reitora em exercício, e do CO, em buscar o diálogo com a comunidade na solução dos problemas. Mais uma vez, predominou a concepção discriminatória vigente na Unesp, e o GT foi formado na proporção 6 X 2 X 2. Foram indicados os professores Albério Neves Filho (da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, de Franca); Álvaro Guedes (da Faculdade de Ciências e Letras, de Araraquara); Danilo Florentino Pereira (coordenador executivo do campus de Tupã); José Roberto Ruggiero (diretor do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, de São José do Rio Preto); Maria Inez Espagnoli Geraldo Martins (da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, de Jaboticabal); e Pasqual Barretti (da Faculdade de Medicina, de Botucatu). Os representantes dos servidores técnico-administrativos e dos estudantes serão indicados posteriormente.

Os rumos do movimento:

4/8 tem plenária da Adunesp

A greve continua entre os servidores docentes e técnico-administrativos da USP, tendo crescido a indignação diante do anúncio de medidas repressivas por parte do seu reitor.

Na Unicamp, o Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos (STU) deliberou pela continuidade da greve; no entanto, os docentes daquela universidade acataram a proposta da reitoria de um abono de 21%, correspondente à aplicação da inflação do índice FIPE de maio a setembro/2014, e deliberaram pela suspensão da greve e por ficarem em assembleia permanente.

Na Unesp, com o início do segundo semestre, a tarefa posta pelas plenárias anteriores é consolidar a greve e fazer crescer mais ainda o movimento. Não temos motivo algum para retroceder, a não ser a perspectiva de amargar um longo período de arrocho pela frente.

Na próxima segunda-feira, 4/8, teremos uma nova plenária estadual ampliada da Adunesp, no IA, em São Paulo, a partir das 13 horas. Vamos discutir propostas como a apresentada na assembleia de Marília, de realização de um plebiscito sobre a gestão da reitoria, a realização do encontro estadual dos três segmentos para definir um programa político alternativo ao atual para a Universidade, além de estabelecermos indicativos para os próximos passos do movimento. **P**





Pronunciamento no CO de 31/7/2014

A seguir, acompanhe a fala do presidente da Adunesp, João da Costa Chaves Júnior, na reunião extraordinária do CO, em 31/7:

“Durante a reunião deste Conselho em 3 de julho próximo passado, a Adunesp e o Sintunesp tomaram a iniciativa de propor aos conselheiros a realização de uma reunião deste colegiado, exclusivamente para que fosse discutida a situação administrativa, financeira e política da nossa universidade, acreditando que o seu órgão máximo de deliberação poderia indicar um caminho para a construção de uma saída para o atual impasse em que nos encontramos neste momento crítico em que o Cruesp, presidido pela nossa Reitora em exercício, tem sido intransigente em negociar o reajuste da nossa data base. Em decorrência, estamos em meio a uma das greves mais longas da nossa história. Embora seja bastante claro para todos que não cabe ao Conselho Universitário substituir o Cruesp nas negociações, é igualmente reconhecido que ele pode exercer um papel substantivo, contribuindo para a pavimentação de uma saída para a crise atual das Universidades Públicas Paulistas.

Concretamente, este Conselho:

- 1- Pode incumbir a presidente do Cruesp de fazer gestões para a abertura imediata das negociações entre o Cruesp e o Fórum das Seis acerca do reajuste da nossa data base junto aos outros reitores;
- 2- Pode reconhecer oficialmente a necessidade de buscar mais recursos para o financiamento das Universidades Públicas Paulistas, inclusive de fontes públicas estrategicamente mais adequadas do que o ICMS, uma vez que este imposto tem, ao longo do tempo, diminuído o seu peso específico no universo tributário estadual, com possibilidade real de ser extinto a médio e longo prazos;
- 3- Pode determinar que sejam feitos levantamentos sistemáticos das reais necessidades atuais de recursos para o financiamento das atividades fim e das atividades meio da Unesp;
- 4- Pode criar uma Comissão de Acompanhamento do Orçamento - nos moldes da Comissão Permanente de Permanência Estudantil – que construa instrumentos de análise dos custos das diversas dimensões que compõem o conjunto de atividades desenvolvidas na Unesp e possa subsidiar a construção de instrumentos a serem utilizados no planejamento estratégico;
- 5- Pode instituir processos de desburocratização visando: (a) racionalizar o gerenciamento de pessoal consolidando a implantação dos subquadros aprovados nos colegiados centrais e, (b) eliminar ou, pelo menos, diminuir a replicação de pareceres nos colegiados;
- 6- Pode rever a estrutura da CPA, redefinindo suas atribuições para que, de fato, contribua para o aprimoramento das atividades docentes e modificar a sua composição de modo a garantir que além, eventualmente, do reitor, também a comunidade docente possa ter influência na sua composição;
- 7- Pode solicitar ao CEPE que rediscuta o atual sistema de avaliação docente, uma vez que parte considerável dos docentes, incluídos aqueles que participaram dos Fóruns da Grandes Áreas, não reconhece nessas ações, nem na estrutura do instrumento de avaliação, o espírito e as diretrizes que compõem as deliberações dos referidos fóruns;
- 8- Pode tornar sem efeito as punições decorrentes do atual sistema de avaliação docente;
- 9- Pode estipular um prazo para que a Comissão de Carreira Docente apresente suas propostas;
- 10- Pode estabelecer uma agenda de transparência contemplando a transmissão *online* das reuniões do CO, com a disponibilização das gravações no *site* da reitoria, bem como a publicização oficial das atas do CO, CADE, CEPE, assim que aprovadas;
- 11- Pode convocar as Pró-Reitorias de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, para que elaborem um programa de capacitação docente para proporcionar condições reais para que docentes, ainda não titulados, titulem-se em nível de mestrado e doutorado.

Finalmente, solicito que a comitiva constituída de representantes de comandos de greve de vários *campi* aqui presentes possa participar desta reunião histórica com direito a voz, e que minha fala seja consignada em ata deste egrégio Conselho Universitário.”

**NÃO É SÓ POR SALÁRIO! É POR DIGNIDADE NO TRABALHO,
DEMOCRACIA E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL!**